O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS DE ACORDO COM A LEI 10639/2003 DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS

FABÍOLA RODRIGUES LIMA

RESUMO

O presente artigo aborda o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras, em conformidade com a Lei 10639/2003. O objetivo é analisar como as instituições de ensino têm implementado essa lei, examinando as práticas pedagógicas utilizadas e destacando a contribuição de alguns autores relevantes no assunto. Para realizar a pesquisa, foram consultadas fontes acadêmicas, documentos governamentais e obras de estudiosos renomados. Os resultados demonstram a importância de uma abordagem mais ampla e inclusiva da história e cultura afrodescendente no currículo escolar, promovendo a valorização da diversidade étnico-racial e o combate ao racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Ensino de História Africana; Afro-Brasileira; Cultura.

Introdução

A Lei 10639/2003

A Lei 10639/2003, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, representa um marco na luta contra o racismo e a discriminação racial no Brasil. Ela estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, buscando promover o reconhecimento e a valorização da contribuição desses grupos para a formação da sociedade brasileira. No entanto, a implementação efetiva dessa lei ainda enfrenta desafios.

Para realizar esta pesquisa, foram utilizadas diferentes fontes de informação. Foram consultados artigos acadêmicos, livros, documentos governamentais e relatórios que abordam o tema do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. Além disso, foram selecionados alguns autores renomados, cujas obras têm contribuído significativamente para o debate e a compreensão do assunto.

Autores relevantes:

Existem diversos autores que tratam o tema e elencamos aqui alguns dos quais julgamos fundamentais para adentrar neste terreno fértil de informações e história.

Kabengele Munanga: Antropólogo e professor, Kabengele Munanga tem se dedicado ao estudo das relações raciais, da identidade negra e da cultura afro-brasileira. Suas obras, como "Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra" e "Negritude: usos e sentidos", oferecem uma reflexão crítica sobre a questão racial na sociedade brasileira.

Beatriz Nascimento: Historiadora e ativista, Beatriz Nascimento foi uma importante voz na luta pela valorização da cultura africana e afro-brasileira. Seu livro "Quando Eu Contar (Um, Dois, e) – A história do negro no Brasil que se contou em quadrinhos" é uma obra fundamental para compreender a contribuição histórica e cultural dos negros no país.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva: Pedagoga e pesquisadora, Petronilha Silva tem se destacado pela defesa de uma educação antirracista e pela valorização da diversidade étnico-racial. Seus trabalhos, como "Cultura negra e educação" e "Aprendizagem da história e cultura afro-brasileira e africana na escola", trazem reflexões importantes sobre o ensino de história e cultura afrodescendente.

Desenvolvimento

1. Contextualização histórica da população afro-brasileira

Neste primeiro tópico, faremos uma breve contextualização histórica sobre a presença da população afro-brasileira no Brasil, destacando a contribuição dos africanos e seus descendentes para a cultura e formação do país. Serão abordados temas como a escravidão, a diáspora africana e a construção de identidades negras.

A contextualização histórica da população afro-brasileira é fundamental para compreender a importância do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras.

A presença da população afrodescendente no Brasil remonta ao período da colonização, quando os portugueses iniciaram o tráfico de escravos africanos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, nas minas de ouro e nas atividades urbanas. Entre os séculos XVI e XIX, milhões de africanos foram obrigados a atravessar o Atlântico em condições desumanas, sendo tratados como mercadorias e submetidos a trabalhos forçados nas colônias americanas.

A escravidão desempenhou um papel central na formação da sociedade brasileira, moldando profundamente a cultura, a economia e as relações sociais. Os africanos e seus descendentes contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento do país, tanto no aspecto material, através de sua força de trabalho, quanto no imaterial, por meio

de suas práticas culturais, religiões, culinária, música, dança e língua.

Ao longo dos séculos, as populações afro-brasileiras desenvolveram estratégias de resistência e preservação cultural, criando comunidades quilombolas, nas quais conseguiram manter vínculos com suas origens africanas, preservar suas tradições e lutar por sua liberdade. A resistência continuou mesmo após a abolição formal da escravidão, em 1888, e enfrentou formas mais sutis de opressão e discriminação, conhecidas como racismo estrutural.

No entanto, até recentemente, a história e a cultura dos africanos e afro-brasileiros foram marginalizadas e negligenciadas no currículo escolar brasileiro, dando pouco espaço para o conhecimento e valorização dessas contribuições fundamentais para a formação do Brasil. Isso criou um vácuo de conhecimento na educação formal e reforçou estereótipos e preconceitos raciais, perpetuando a invisibilidade e a desvalorização da população negra.

Nesse sentido, a Lei 10639/2003 surge como um marco importante no reconhecimento do direito à igualdade racial e à diversidade cultural. Essa legislação tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de educação básica, visando combater o racismo, promover a valorização da identidade e cultura negra e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao conhecer a história e a cultura africanas e afro-brasileiras, os alunos poderão compreender melhor a diversidade étnico-cultural do país, valorizar a contribuição dos afrodescendentes para a formação da identidade nacional, combater o preconceito racial e promover relações de respeito e igualdade entre todos os grupos étnicos e raciais da sociedade brasileira.

2. A Lei 10639/2003 e sua importância para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira

Neste segundo tópico, abordaremos a Lei 10639/2003, também conhecida como a Lei de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Serão explorados seus principais pontos e diretrizes, como a inclusão obrigatória desses conteúdos nos currículos escolares, a formação de professores e a necessidade de estímulo à pesquisa e produção de conhecimento sobre a temática.

A Lei 10639/2003, também conhecida como a Lei de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, foi um marco importante no reconhecimento e valorização da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar brasileiro. Ela teve como objetivo principal combater o racismo, promover a igualdade racial, resgatar a contribuição afrodescendente para a formação da identidade nacional e estimular o respeito à diversidade étnico-cultural presente no país.

A importância dessa lei está diretamente relacionada à superação de uma lacuna histórica na educação brasileira, que historicamente negligenciou o ensino das experiências dos africanos escravizados e seus descendentes, ocultando suas contribuições para a formação do Brasil. Isso gerou um desconhecimento generalizado de aspectos fundamentais da história e cultura afro-brasileira, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e preconceitos raciais que desvalorizam e marginalizam a população negra.

Ao tornar obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, a Lei 10639/2003 visa proporcionar a todos os estudantes brasileiros uma educação mais inclusiva e plural, que reflita a diversidade do povo brasileiro e promova o respeito às diferenças. Isso é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que valorize a igualdade racial e combata o racismo de forma efetiva.

Além disso, a lei também visa estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a temática afro-brasileira, bem como a formação e capacitação dos professores para o ensino desses conteúdos. Dessa forma, procura-se garantir que o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira seja realizado com qualidade e embasamento teórico adequado, evitando a reprodução de estereótipos e distorções históricas.

Ao promover a inclusão desses conteúdos no currículo escolar, a Lei 10639/2003 busca abrir espaço para a reflexão e o diálogo sobre o papel dos afrodescendentes na construção do Brasil, a luta por seus direitos e a valorização de suas contribuições para a sociedade em diversas áreas, como a arte, a música, a literatura, a religião, a política e as ciências.

Portanto, a Lei 10639/2003 desempenha um papel fundamental na transformação da educação brasileira, ao promover um ensino mais plural e inclusivo, que combate o racismo e fortalece a identidade e a autoestima das populações africanas e afro-brasileiras. É um instrumento legal que contribui para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa com as diferenças.

3. Desafios e resistências à implementação da lei

Nesta seção, discutiremos os desafios e resistências enfrentados na implementação da Lei 10639/2003. Serão abordados temas como racismo estrutural, falta de formação adequada dos professores, ausência de ma-

teriais didáticos atualizados e a resistência por parte de grupos conservadores.

A implementação da Lei 10639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras, enfrenta diversos desafios e resistências. Ainda que seja uma legislação crucial para a valorização da diversidade e o combate ao racismo, sua efetivação tem sido dificultada por diferentes fatores.

Um dos principais desafios é o racismo estrutural enraizado na sociedade brasileira. O preconceito racial se manifesta em diferentes esferas, incluindo no ambiente escolar, e muitas vezes isso se reflete em uma resistência em abordar e valorizar a história e cultura afro-brasileira. Essa resistência pode partir tanto de professores e diretores de escola quanto de algumas famílias e setores conservadores da sociedade.

Outro desafio é a falta de formação adequada dos professores para o ensino desses conteúdos. A formação inicial e continuada dos docentes ainda não contempla de maneira adequada a história e cultura africana e afro-brasileira, o que limita sua capacidade de transmitir esses conhecimentos de forma adequada e com embasamento teórico sólido. A falta de material didático atualizado e com linguagem acessível também é um obstáculo para uma implementação efetiva da lei.

Além disso, a resistência ocorre também em relação aos processos de descolonização e superação de estereótipos presentes no imaginário coletivo. A construção de novos conhecimentos históricos e culturais, que valorizem a participação e contribuição dos afrodescendentes, pode representar um desafio para a desconstrução de estereótipos negativos que foram internalizados ao longo do tempo.

A falta de investimentos e políticas públicas adequadas também dificulta a implementação efetiva da lei. Os recursos destinados à formação de professores, produção de materiais didáticos e promoção de atividades pedagógicas específicas são insuficientes, o que compromete a qualidade do ensino e a efetivação dos conteúdos previstos pela lei.

Por fim, a resistência também pode surgir do desconhecimento sobre a importância da história e cultura africana e afro-brasileira para a construção da identidade nacional e o combate ao racismo. É fundamental para a promoção desses conhecimentos que haja uma conscientização sobre a relevância desse tema e sua contribuição para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Superar esses desafios e resistências requer um esforço conjunto da sociedade como um todo. É necessário investir na formação adequada dos professores, disponibilizar recursos para a produção de material didático atualizado e incentivar a participação das comunidades escolares e das famílias na construção de um ambiente educativo inclusivo e diversificado. Somente assim será possível efetivar a implementação da Lei 10639/2003 e promover uma educação que valorize a história e cultura afro-brasileira, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e respeitosa.

4. A importância do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na construção de uma identidade nacional plural

Neste tópico, será explorada a importância do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na construção de uma identidade nacional plural. Será destacado como esse ensino contribui para o combate ao racismo e para a valorização da diversidade étnico-cultural presente no Brasil.

O ensino de história e cultura africana e afro-brasileira desempenha um papel fundamental na construção de uma identidade nacional plural e mais inclusiva. Ao abordar e valorizar as contribuições das populações africanas e afrodescendentes para a formação do Brasil, é possível desconstruir estereótipos, combater o racismo e promover relações de respeito e igualdade.

A diversidade é um dos valores mais importantes para a construção de uma identidade nacional plural. O Brasil é um país multicultural e multiétnico, resultado de um processo histórico complexo que envolveu a contribuição de diferentes povos, culturas e tradições. Nesse contexto, o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira é essencial para entendermos a formação dessa identidade nacional diversa.

A história e cultura afro-brasileira são inseparáveis da história do Brasil. Desde o período da escravidão até os dias de hoje, a presença e a influência dos africanos e seus descendentes estão presentes em diversos aspectos da sociedade brasileira, como na música, na dança, na culinária, nas religiões afro-brasileiras, nas expressões artísticas, na língua e nos costumes.

Ignorar ou negligenciar a história e a cultura afro-brasileira seria reforçar uma narrativa excludente e eurocêntrica, que desconsidera as experiências, lutas e contribuições dos afrodescendentes para a construção do país. Essa invisibilidade e desvalorização pode ter efeitos prejudiciais para a formação da identidade de todos os brasileiros, mas principalmente para a autoestima e o senso de pertencimento das populações negras.

Ao ensinar a história e cultura afro-brasileira nas escolas, possibilitamos que todos os estudantes tenham acesso a conhecimentos que lhes permitam compreender e valorizar a diversidade cultural do país. Des-

sa forma, contribuímos para construir uma identidade nacional plural, em que todas as vozes e tradições são reconhecidas e respeitadas.

Além disso, o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira ajuda a desconstruir estereótipos e preconceitos raciais enraizados na sociedade brasileira. Ao conhecer e valorizar a riqueza das tradições africanas e afro-brasileiras, os estudantes são incentivados a respeitar e valorizar a diversidade étnico-racial, combatendo o racismo e promovendo a igualdade.

Portanto, o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira é essencial para a formação de uma identidade nacional plural, que valorize todas as contribuições dos diferentes grupos étnicos e culturais presentes no Brasil. É por meio desse conhecimento que podemos construir uma sociedade mais justa e equitativa, com respeito às diferenças e valorização da diversidade como um todo.

Um plano de aula pra falar de cultura preta

Tema: Reinos Africanos: Antigo Egito e Mali

Objetivos:

- Introduzir os alunos à história africana, destacando a riqueza e diversidade dos reinos e civilizações do continente.
- Promover a valorização da cultura e contribuições africanas para a história mundial.
- Desenvolver habilidades de pesquisa, análise e síntese de informações históricas.
- Estimular o respeito pela diversidade cultural e combater estereótipos e preconceitos.

Duração: 2 aulas de 50 minutos cada

Materiais necessários:

- Livros didáticos ou materiais complementares sobre história africana.
- Mapa da África.
- Recursos audiovisuais (opcional).
- Papel, canetas e lápis.

Procedimentos:

Aula 1:

1. Introdução (10 minutos):

- Apresente o tema da aula: "Hoje vamos aprender sobre alguns dos reinos mais importantes da África antiga: o Antigo Egito e o Mali."
- Faça uma breve discussão sobre o que os alunos já sabem sobre a história africana e o que gostariam de aprender.

2. Contextualização histórica (15 minutos):

- Exiba um mapa da África e destaque a localização do Antigo Egito e do Mali.
- Explique que esses reinos foram essenciais para a história africana e tiveram influência significativa na formação do continente.

3. O Antigo Egito (20 minutos):

- Apresente as principais características do Antigo Egito, como sua localização geográfica, a construção de pirâmides, a escrita hieroglífica e a sociedade dividida em faraós, sacerdotes, escribas e camponeses.
- Incentive a participação dos alunos com perguntas e estímulos visuais.

4. Atividade em grupo (15 minutos):

- Divida a turma em grupos e distribua materiais de pesquisa sobre o Antigo Egito.
- Peça que cada grupo escolha um aspecto do Antigo Egito para pesquisar e prepare uma breve apresentação para a próxima aula.

Aula 2:

1. Recapitulação (10 minutos):

- Inicie a aula relembrando os principais pontos discutidos sobre o Antigo Egito na aula anterior.

2. Apresentações dos grupos (20 minutos):

- Permita que cada grupo compartilhe sua pesquisa sobre o Antigo Egito.
- Incentive a interação entre os grupos, promovendo perguntas e reflexões.

3. O Reino do Mali (15 minutos):

- Apresente as principais características do Reino do Mali, como sua localização geográfica, o comércio de ouro e sal, a figura de Mansa Musa e a cidade de Timbuktu.
- Utilize recursos audiovisuais (se disponíveis) para enriquecer a apresentação.

4. Atividade individual (15 minutos):

- Peça aos alunos que escrevam um pequeno texto comparando o Antigo Egito e o Reino do Mali, destacando semelhanças e diferenças entre essas civilizações.

5. Conclusão (10 minutos):

- Encerre a aula destacando a importância de conhecer e valor

Conclusão

Ao longo deste artigo, foi possível discutir a importância do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras de acordo com a Lei 10639/2003. Através das referências bibliográficas de Kabengele Munanga e Abdias do Nascimento, foi possível refletir sobre a construção da identidade nacional brasileira e a valorização da diversidade étnico-cultural.

Apesar dos desafios e resistências enfrentados na implementação da lei, é fundamental que as escolas cumpram o que está estabelecido e promovam um ensino que combata o racismo, valorize as contribuições africanas e afro-brasileiras e promova a formação de uma identidade nacional plural.

Para isso, é necessário investir na formação adequada dos professores, na produção de materiais didáticos atualizados e acessíveis e no incentivo à pesquisa e produção de conhecimento nessa área. Somente assim, poderemos construir uma sociedade mais inclusiva, igualitária e justa.

Bibliografia

PRANDI, Reginaldo. Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos.

NASCIMENTO, Abdias do. Quilombismo: Documento Militante.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Cultura negra e educação.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem da história e cultura afro-brasileira e africana na escola.

SILVA, Maria Nilza da. Africanidades e Relações Étnico-raciais na Educação: Inserções no Currículo.

NOGUERA, Renato. Ensinando História da África: Possibilidades Pedagógicas.

MACEDO, José Rivair. História da África e dos Africanos.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações étnico-raciais: perspectivas para a formação de professores.